

PODER E POLÍTICA – AS OPERAÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA EM LISBOA (O caso da Mouraria)

TERESA CAMPOS COELHO

1 - Operações de Reabilitação Urbana

1.1 - Criação dos gabinetes técnicos locais

As profundas alterações ocorridas no tecido urbano nos anos 30 e 40 deste século que, acompanhadas da criação de novos bairros nas novas zonas de expansão da cidade, iriam atrair as populações de maior poder económico acelerando o processo de degradação do seu centro histórico, agora maioritariamente povoado por um tecido social envelhecido e de fracos recursos. Desta forma, o centro histórico ver-se-ia privado dos estratos sociais e geracionais que foram, desde sempre, uma das suas principais e mais atractivas características. Para solução dos problemas sociais que apresentava, chegou-se a propor mesmo a destruição de um tecido urbano de cariz medieval, como se isso solucionasse por si só, problemas muito mais complexos que apenas uma reabilitação de tipo integrado pode resolver. Com efeito, esta foi a orientação dominante na primeira metade do século (observe-se, por exemplo, as demolições sistemáticas empreendidas no Mouraria, nos anos 40 e 50, que não poupariam, sequer, alguns dos edifícios de maior valor patrimonial - fig. 1). Apesar das recomendações consignadas na *Carta de Atenas* (1931) e na *Carta do Restauro de Roma* (1964), que abordavam já os problemas de conservação e intervenção em edifícios antigos, só a partir dos anos 70, com a *Carta Europeia do Património Arquitectónico de Amsterdão* (1975), irá surgir o conceito de *reabilitação integrada*.

Este factor, aliado ao mau estado de conservação do edificado, iria conduzir a uma situação de precaridade extrema que, pondo em risco a sobrevivência desta parte da cidade, só seria travada pelas operações de reabilitação urbana que se iniciariam em meados da década de oitenta.



FIGURA 1 – Demolições na Mouraria na década de 50 (Arquivo fotográfico Municipal)

Em Portugal, as lutas empreendidas por algumas comissões de moradores a seguir ao 25 de Abril conduziram, em 1986, à criação de dois gabinetes técnicos locais de iniciativa municipal – Alfama e Mouraria – a que se seguiria, em 1988, a criação do gabinete do Bairro Alto. Estes gabinetes, ao intervir de imediato nos edifícios que apresentavam maior risco de segurança, e ao elaborar os primeiros estudos técnicos, travariam o processo de degradação destas áreas urbanas, através da requalificação do tecido social e urbano, conduzindo aos primeiros planos (os de *salvaguarda*) substituídos, posteriormente, pelos de *urbanização*. A declaração destas áreas, por parte do Governo a partir de proposta municipal, como *áreas de recuperação e reconversão urbanística*, iria permitir o exercício de direito de preferência e de expropriação, sem os quais não é possível travar um processo de especulação imobiliária. Assegurava-se, assim, a permanência das populações de menor recursos económicos nos seus bairros, e criava-se um parque habitacional para alojamentos provisórios para as obras municipais e coercivas (sendo assegurado aos moradores o regresso aos seus fogos originais, depois de estes serem recuperados). Aos proprietários era dada, ainda, a possibilidade de usufruir de uma comparticipação para obras a fundo perdido que pode atingir um valor máximo de 65% (39% por parte do estado e 25% por parte do município) ao abrigo do Programa RECRUA. Mais recentemente, a este programa juntar-se-iam outras ajudas de fundos comunitários, previstas no Plano de Emergência de Reabilitação Urbana (PERU).

Em 1990 com a criação da *Direcção Municipal de Reabilitação Urbana* implementar-se-ia, noutros pontos da cidade, mais alguns gabinetes técnicos locais - Madragoa, Ameixoeira, Lumiar, Carnide, Olivais Velho e Pátios e Vilas gabinetes que, à excepção do da Madragoa, viriam a ser integrados num único, designado por Núcleos Dispersos alargando-se, também, as áreas dos gabinetes de Alfama e Mouraria.

As interligação entre tecido urbano e social, conseguida ao largo destes anos a partir de inquéritos, estudos, catalogações e intervenções realizadas pelas equipas multidisciplinares dos gabinetes, conduziram à elaboração dos respectivos planos de urbanização. Depois de colocados a discussão pública, seriam aprovados pelo município, dotando esses mesmos gabinetes de instrumentos legais indispensáveis a uma correcta gestão urbana. Os estudos de pormenor realizados para áreas mais específicas conduziram, por sua vez, à realização de projectos integrados a partir de edifícios de valor patrimonial que, funcionando como polos dinamizadores de gestão urbana, prevêem a implementação de variadas acções por alguns anos. Realizaram-se, assim, os seguintes planos integrados:

- Plano integrado do *Castelo e do Largo Chafariz de Dentro*, em Alfama;
- Plano integrado do *Teatro Taborda e Quinta do Coleginho*, na Mouraria;
- Plano integrado do *Convento das Bernardas*, na Madragoa;
- Plano integrado do *Palácio Marim Olhão*, no Bairro Alto.

1.2 - *O caso do Chiado e outros exemplos de iniciativa não exclusivamente municipal*

No dia 25 de Agosto de 1988 um violento incêndio iria destruir uma ampla área do Chiado e, com ela, uma parte significativa da memória e do imaginário da cidade. Os lisboetas tomavam consciência, por fim, das precárias condições de segurança dos edifícios do centro histórico, espantando-se com as proporções que o mesmo poderia ter tido se se tivesse estendido à Baixa Pombalina. Esta catástrofe iria provocar acesas discussões públicas sobre a intervenção nesses mesmos centros históricos, discussões essas que chamariam, também, a atenção para as operações de reabilitação postas em prática pelos gabinetes técnicos locais.

Além da degradação dos próprios materiais construtivos, a causa principal do sinistro residiu na grande concentração de materiais inflamáveis em fogos que, inicialmente destinados a habitação, eram utilizados como armazém dos estabelecimentos comerciais.

Estava instalada a polémica sobre os malefícios que a crescente terciarização pode provocar nos centros históricos, com a conseqüente expulsão da população residente. Com efeito, quem passeie à noite pela Baixa, não poderá deixar de sentir a incômoda e assustadora sensação de desertificação semelhante à que experimentaram os viajantes que na segunda metade do séc. XVIII nos visitaram.

A urgência em redefinir o uso dos espaços, e da escolha de correctos materiais e técnicas de construção que permitissem uma maior segurança nos edificios, iria ser o ponto de partida para a reconstrução da zona afectada pelo incêndio. Criou-se uma *Comissão Especial de Investigação* composta por qualificados técnicos municipais, cujo objectivo era determinar quais as principais causas do incêndio, medidas preventivas a tomar, e quais os elementos que poderiam ser mantidos sem perigo. Criar-se ia, de seguida, um gabinete municipal (*Gabinete do Chiado*), dirigido pelo Eng^o Pessanha Viegas, sendo confiada a Alvaro Siza Vieira o plano de reconstrução. Este plano teria como objectivo principal a conservação dos valores ambientais, históricos e arquitectónicos desta zona da cidade, estabelecendo as condições para a implantação de comércio, serviços e estacionamento, a par de um programa de recuperação do parque habitacional (que ocuparia 30 a 40% da área total).

As grandes manifestações culturais de projecção internacional, apesar de não solucionarem os problemas urbanos que só uma reabilitação continua de tipo integrado está apta a resolver podem, no entanto, chamar a atenção para a necessidade de preservar os edificios de maior valor patrimonial.

Em 1983, a realização em Lisboa da *XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura Europeias* implicaria a recuperação dos 5 edificios históricos onde esta se desenvolveria criando, assim, outros tantos polos de revitalização urbana - *Torre e Mosteiro dos Jeronimos, Museu Nacional de Arte Antiga, Casa dos Bicos, e Mosteiro da Madre de Deus* (Museu do Azulejo).

Posteriormente, a construção do Centro Cultural de Belém traria consigo, também, a discussão sobre um dos aspectos mais importantes no que diz respeito ao património: o da relação e significado dos edificios com a sua envolvente urbana. Este parece ter sido, ainda, o aspecto fundamental das numerosas iniciativas tomadas em 1994, com a nomeação de Lisboa *para capital europeia da cultura* que, para além da recuperação de diversos núcleos urbanos, revitalizou o percurso da *Setima Colina*, eixo de ligação do Rato com o Cais do Sodre.

Uma das principais obras então realizadas foi a recuperação do Museu de Arte Contemporânea (agora Museu do Chiado), fechado em consequência do incêndio que em 1988 vitimara o Chiado. A sua recuperação foi uma iniciativa da *Association pour le renouveau do Chiado* que suportaria os custos do projecto (da autoria de Jean Willmotte, e executado com fundos comunitários).

Não menos importante foi a obra empreendida pelo Banco Comercial Português, na sua sede na Rua Augusta. Ocupando um quarteirão pombalino, os trabalhos poriam a descoberto importantes vestígios da *idade do ferro* e de *epoca romana* (nomeadamente um conjunto de cetárias e um balneario), vestígios esses que juntariam mais alguns dados para o entendimento do imenso puzzle que é a história da evolução da cidade, e que a arqueologia urbana tem vindo a ajudar a

desvendar. O projecto da autoria dos arquitectos Lima Mayer e Rui Carvalho, apesar de manter as fachadas e a memória do saguão interior integrando num núcleo expositivo os vestígios arqueológicos atrás referidos, não preservou a *estrutura de gaiola* característica da construção pombalina, lançando o debate público sobre a necessidade de preservação da mesma, como elemento construtivo da máxima importância, a par da sua importância como testemunho histórico da reconstrução da cidade empreendida por Pombal.

Igualmente importante foi a realização da *Expo 98* cujo principal objectivo se centrou na revitalização da zona oriental da cidade, criando polos de dinamização através da implantação de serviços e de habitação, numa zona anteriormente dilacerada pela expansão da cidade industrial. A memória urbana seria também evocada na recuperação efectuada no eixo que, ao longo do rio, a liga ao centro histórico da cidade (*Caminho do Oriente*), pondo em evidência o imenso património que, desde tempos imemoriais, nele se concentrou.

Os inúmeros trabalhos e estudos que têm sido efectuados, têm revelado importantes aspectos do passado histórico, e contribuído para uma melhor vivência urbana. Ao fim de algumas décadas os lisboetas parecem, finalmente, fazer um esforço de reconciliação com a sua cidade e, conseqüentemente, com a sua memória.

II - Gabinete Técnico Local da Mouraria

2.1 - História da sua formação

Formado em 1985, como já atrás referimos, o G. T. Mouraria foi um dos gabinetes piloto desenvolvidos pelo Município de Lisboa, integrado num *programa de reabilitação do centro histórico da cidade*. Abrangendo inicialmente uma área de intervenção aproximada de 10 hectares (Fig. 2), considerada como *área crítica* pelo decreto regulamentar 60/86 de 31 de Outubro, a que correspondia parte das freguesias de S. Cristóvão e do Socorro, a que se juntaria, pelo despacho 153/P/89, a *área de protecção ao Teatro Romano*. Esta mesma área seria alargada em 1992 para 18 hectares (Fig. 3), pelo decreto regulamentar 6/92 de 18 de Abril, englobando não só o resto dessas freguesias, como parte das freguesias de Santa Justa, Graça e Anjos, num total de 956 edifícios.

Inicialmente, o termo mouraria aplicava-se ao arrabalde situado a poente e a norte da Colina do Castelo, destinado por D. Afonso Henriques aos mouros vencidos¹ (Fig. 4). Como arrabalde continuaria mesmo após da construção da Muralha Fernandina em 1373-75, que o não integraria; a sua acidentada topografia (percorrida por inúmeros veios de água) reforçaria as características de um

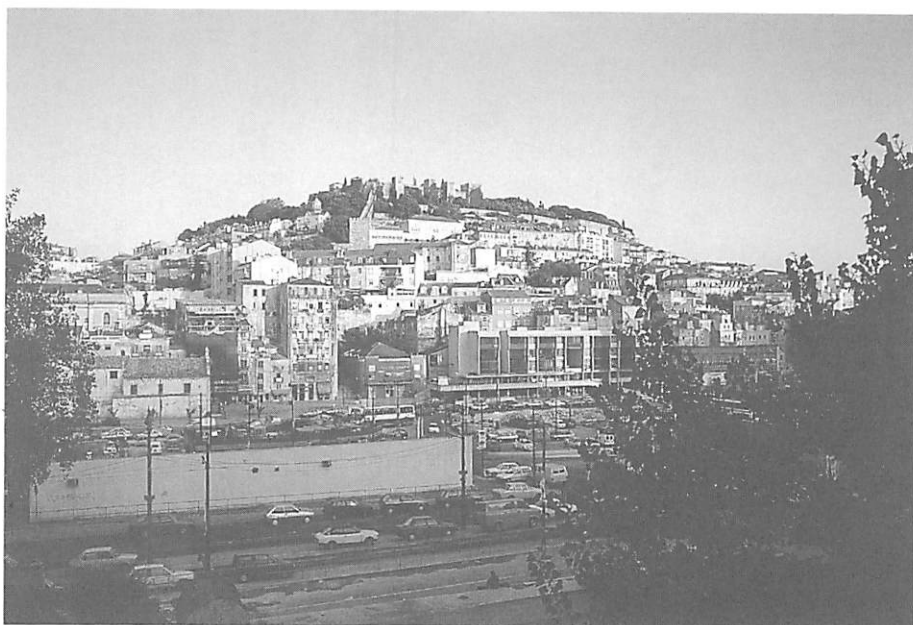


FIGURA 4 - Perspectiva da Mouraria, tirada da Colina de Sant'Ana

urbanismo islâmico, traduzido numa malha apertada e labiríntica². Pouco afectado pelo terramoto de 1755 (os maiores estragos terão sido feitos pelo sismo de 1531), o seu tecido urbano manteria as características medievais³, como o testemunham os inúmeros becos sem saída ainda hoje existentes, correspondentes aos primitivos adarves muçulmanos (Fig. 5). Esta malha, de nitida vocação pedonal (contrariada, no entanto, por um estacionamento automóvel anárquico) só viria a ser alterada pela abertura da Rua Marquês Ponte do Lima, no início deste século, e que constitui em conjunto com a Rua Costa do Castelo, os dois grandes eixos de circulação automóvel no bairro.

Parte do edificado mantém, também, algumas características pré-pombalinas (nomeadamente no que diz respeito aos edifícios de maior valor patrimonial, como as igrejas, palácios, conventos, etc.), embora tenham sido muitas as alterações produzidas pela existência de um forte comércio grossista (sobretudo ao longo do eixo formado pelas ruas da Mouraria e do Benfornoso), a que não escaparam mesmo algumas das grandes casas senhoriais, que viram subdividido o seu espaço. Teremos, assim, edifícios de *construção pré-pombalina* (com embasamento de alvenaria de pedra, alguns ainda com vãos ogivais, outros em ressalto), edifícios de *construção pombalina* (tendo como estrutura a tradicional gaiola), *gaioleiros* (nome dado aos edifícios construídos desde finais do séc. XIX até 1930, por terem



FIGURA 5 - Beco junto da Rua dos Cavaleiros

como estrutura um sistema degenerado da gaiola anteriormente referida) e, por último, os *edifícios de estrutura de ferro ou de betão*.

No início, o trabalho do gabinete caracterizou-se por intervenções nos edifícios que apresentavam maiores problemas de segurança, resultantes não só da falta de conservação num edificado maioritariamente pré-pombalino, mas também das inúmeras adaptações de espaços habitacionais a espaços comerciais. Seguir-se-ia um conjunto de estudos e inqueritos que conduziram, em 1989, à elaboração de *Planos de Salvaguarda para Alfama e Mouraria*. O regulamento desses planos (que previa um conjunto de acções a implementar até 1997) obedecia a 4 grandes objectivos¹:

- protecção activa do património arquitectónico;
- fomento e desenvolvimento do tecido social e económico, através da criação de condições de habitabilidade e do exercício das actividades económicas;
- protecção dos usos urbanos tradicionais;
- definição das condições de segurança.

Estes regulamentos seriam acompanhados por *Programas Especiais de Recuperação Urbana* para os dois bairros que, no caso da Mouraria, privilegiava a par do melhoramento de todo o sistema de infraestruturas, o melhoramento dos espaços livres e de circulação (estes maioritariamente pedonais) criando ainda alguns polos de dinamização cultural. Tendo por objectivo uma *reabilitação de tipo integrado* que, a par da reabilitação física e ambiental visa, também, a requalificação do tecido social e económico, pretendia-se restituir os fogos à sua função habitacional, dotando-os das condições mínimas de habitabilidade (inexistentes em grande parte deles), e privilegiava-se a criação de condições para a fixação da população, população essa que os estudos revelavam ser bastante envelhecida, de fracos recursos económicos e de baixo nível de escolaridade.

Para a execução destes objectivos, os gabinetes dispõem de um conjunto de medidas legislativas de protecção, de carácter urbanístico, económico e social (como são, por exemplo, os já citados, exercício de direito de preferência, o programa R.E.C.R.L.A. ou a declaração de área crítica), sem as quais não é possível um programa de reabilitação urbana real e efectivo. A estas medidas juntaram-se em 1990, com a criação da Direcção Municipal de Reabilitação Urbana (Despacho 377/P/90), novas competências até então delegadas noutros pelouros municipais que vieram alargar, assim, as possibilidades de intervenção dos gabinetes, nomeadamente no que diz respeito à gestão do património cultural, como vem estipulado no ponto 6. Como tal, aos gabinetes passaria a pertencer, entre outros, **a definição de critérios e medidas para a salvaguarda do**

património histórico, artístico, arqueológico, bibliográfico, documental, etnológico e paisagístico, nestas áreas da cidade. Fruto dessa mesma gestão é já o importante espólio arqueológico encontrado em obras empreendidas pelo G.T.L. Mouraria, resultante de campanhas previamente programadas, ou de achados casuais (e a que resumidamente nos referiremos, mais adiante).

A delegação das competências relativas à gestão do património veio alargar, deste modo, o âmbito das *Comissões de Catalogação* formadas em 1989 que, compostas por equipas multidisciplinares, visavam a implementação dos *planos de salvaguarda*, atrás referidos.

Com o alargamento da área crítica e com o melhor conhecimento do tecido urbano e social, os *planos de salvaguarda* começariam a ser totalmente reformulados em 1992, dando origem aos *Planos de Urbanização* elaborados por todos os gabinetes, de acordo com as diferentes realidades existentes nas áreas por eles abrangidas (em todos os gabinetes as áreas abrangidas por estes planos são coincidentes com as respectivas *areas críticas*).

2.2 - Plano de Urbanização

Iniciado em 1992, só em 1996 viria a ser concluído depois de ter sido submetido a discussão pública⁷, e de aprovado em Assembleia Municipal⁸. Elaborado de acordo com o *Plano Director Municipal* (tal como os planos dos outros gabinetes), o *Plano de Urbanização* tem como objectivo fundamental **travar a desertificação do bairro e valorizar o património urbano e arquitectónico**⁹, para o que propõe as seguintes medidas :

- criação de condições de salubridade e de habitabilidade que fixem os habitantes, e muito particularmente as camadas mais jovens, nascidas no local, que têm ligações económicas, culturais e afectivas com o bairro;
- melhoramento dos equipamentos locais existentes e a instalação de outros, de acordo com as carências da população, bem como o desenvolvimento de acções sociais e de formação profissional e a reabilitação do espaço público e dos valores urbanos e ambientais;
- reconhecimento dos valores patrimoniais cuja manutenção, em conjunto com as acções anteriores, contribuirão também para o enriquecimento do bairro.

Os objectivos atrás enunciados só poderão ser atingidos através da definição de uma estratégia concertada a vários níveis que estabelece, como medidas mais importantes destinadas a travar o processo de degradação da área, o seguinte conjunto de acções:

- *diversificação do espaço de vida social* (com a criação de espaços verdes públicos, instalação de equipamento para a população residente e que sirva, também, de atracção à população exterior, definição de áreas para implantação de actividades artesanais de tradição local, reanimação de espaços degradados no interior dos quarteiros);
- *melhoramento da rede de circulação e acessibilidade* (ordenação do trânsito e estacionamento automóvel local, abertura de novas vias pedonais, definição de trânsito condicionado para cargas e descargas);
- *demarcação de polos de reabilitação integrada* em áreas que, pelas suas características ambientais, espaciais e arquitectónicas, sejam aptas à revitalização do bairro, através da instalação de novas actividades, espaços verdes e equipamento;
- *recuperação da imagem do bairro* (incentivando a reabilitação dos edifícios, restaurando e abrindo ao público os edifícios notáveis, revalorizando os espaços exteriores com interesse ambiental, sinalizando os valores patrimoniais, reconhecendo os edifícios e conjuntos urbanos de valor patrimonial, propondo a sua classificação - *Carta do Património*).

2.3 - *Elaboração da Carta do Património*

Partindo do conhecimento profundo das características do tecido urbano e edificado, e da importância que estes assumem no Plano de Urbanização como polos dinamizadores da vida social e cultural do bairro foi possível, à equipa responsável pela elaboração da *Carta do Património*⁶ propor algumas alterações à *carta do património* constante no *Plano Director Municipal*, de acordo com os **artigos 7.º, 13.º, 14.º, 15.º e 118.º** desse mesmo plano.

Na Mouraria ficaram, assim, definidas as seguintes *Áreas de Potencial Valor Arqueológico*:

Zona de nível 1 - Anterior à ocupação cristã definida, grosso modo, pela Muralha Fernandina;

Zona de nível 2 - Posterior à ocupação cristã, embora nela devam estar integrados núcleos mais primitivos, ainda desconhecidos.

De acordo com os artigos anteriormente enunciados passaram a integrar a *Carta do Património* do Plano de Urbanização 78 edifícios (Fig. 3): 4 *monumentos nacionais*, 13 *imoveis de interesse público*, 61 edifícios de *valor concelhio*. Neste mesmo inventário estão integrados edifícios que não faziam parte da *carta do património* constante do P.D.M., de acordo com o **artigo 20.º** do regulamento do P.U., tendo sido excluídos outros constantes da referida carta, ao abrigo do mesmo artigo.

Nesta Carta do Património ficaram, também, definidos *17 Conjuntos Urbanos Edificados de Valor Patrimonial*, com a inventariação e caracterização dos edifícios que os compõem, nomeadamente com a indicação dos que se assumem como dissonantes nesses mesmos conjuntos (entendendo-se como *edifício dissonante* aquele que não pertence ao período do conjunto, embora possa tratar-se de um edifício com valor patrimonial e, como tal, estar classificado individualmente).

A classificação dos diferentes edifícios e conjuntos foi acompanhada pela elaboração de *fichas de catalogação* para cada um deles, que se pretendeu fossem o mais completas possível, nas quais constam alguns dados importantes como a exacta localização, proprietário, época(s) de construção, tipologias construtivas, elementos notáveis ou dissonantes, só para citar os mais importantes. Para cada um dos edifícios estabeleceu-se, também, um conjunto de normas de intervenção referidas no **artigo 18** da *Carta Municipal do Património* designadas, respectivamente, pelas alíneas a), b) e c)¹¹. Compete às equipas do gabinete zelar pelo cumprimento destas normas, através de vistorias e do acompanhamento de obras, nomeadamente no que diz respeito à inventariação e conservação de elementos arquitectónicos e decorativos, também eles abrangidos pelo P.U.¹².

2.4 - Algumas intervenções arqueológicas já realizadas

Ao longo da actividade empreendida pelo gabinete, foram realizadas algumas intervenções arqueológicas de acompanhamento a obras municipais ou particulares. Destas salientamos:

- 1) *Rua João do Outeiro nº36-44* (1991)¹³ - após descoberta pelos técnicos do gabinete, de uma taça em pedra com inscrição cúfica.
- 2) *Igreja de S. Lourenço, anexa ao Palácio da Rosa* (escavações em curso desde 1991)¹⁴ - revelou inúmeros silos islâmicos, anteriores à ocupação cristã, para além de ter posto a descoberto capelas góticas de finais do séc. XIII (a estes trabalhos nos referiremos mais diante).
- 3) *Beco de S. Marçal nº13C* (1993)¹⁵ - vestígios do séc. XV em diante, muito provavelmente relacionados com o estabelecimento de uma olaria.
- 4) *Beco das Farinhas nº 4 a 14* (1993)¹⁶ - revelou silos com materiais atribuíveis aos séculos XV / XVI.
- 5) *Cerca do Coleginho* (1996)¹⁷ - revelou detritos de finais dos séculos XIX e XX.
- 6) *Rua da Amendoeira / Calçada de Santo André 67-75* (1998)¹⁸ - revelou material medieval dos séculos XIII a XV.
- 7) Acompanhamento dos trabalhos de recuperação da *Rua da Mouraria*¹⁹ (1999) - estes trabalhos relacionam-se com a protecção ao troço da Muralha Fernandina aqui existente.

Estão ainda programadas as seguintes intervenções :

- 1) *Quarteirão dos Lagares* (1999/2000)²³ - que deverá pôr a descoberto vestígios de finais da Idade Média.
- 2) *Rua da Guia* (2000)²⁴ - que devesse revelar alguns vestígios da *mesquita moura*, muito provavelmente aqui situada²⁵.
- 3) Continuação dos trabalhos de escavação na *Igreja de S. Lourenço* (2000)²⁶ - 2ª capela gótica e cabeceira da igreja.

De todas estas intervenções assumiram especial relevância os trabalhos realizados na Igreja de S. Lourenço (Fig. 6), em virtude da importância do material posto a descoberto. Iniciada a recuperação da igreja em 1989, esta tinha apenas por objectivo a sua consolidação estrutural, de acordo com as patologias detectadas (fendilhação acentuada das paredes mestras, desligamento da fachada principal, existência de alvenarias com elevada percentagem de vazios, cantarias desniveladas e partidas, nós estruturais fragilizados, ataque de insectos xilófagos e de fungos nas madeiras).

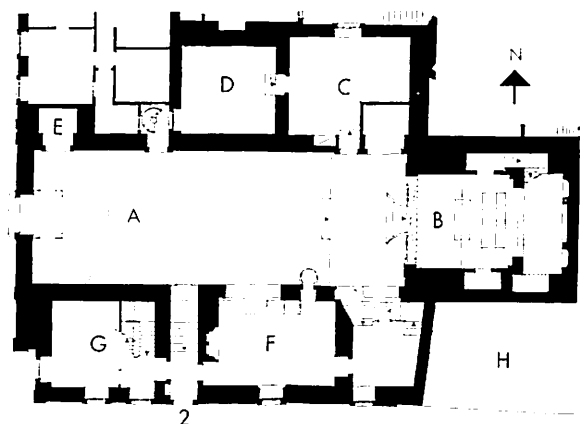


Fig. 6 - Igreja de S. Lourenço (planta)

- 1 - Entrada principal (Rua Marquês Ponte de Lima)
- 2 - Entrada secundária (Largo da Rosa)
- A - Nave
- B - Capela menor
- C - Sacristia
- D - Sala de apoio à sacristia (tipo 1)
(zona sem ligação do Palácio da Rosa (pto 2))
- E - Rostrelo
- F - Sala de apoio à igreja (atualmente, capela gótica principal)
- G - Antiga habitação do pároco (atualmente, segunda capela gótica)
- H - Antiga casa do guarda do pároco (area actualmente interpretada no contexto da igreja)

FIGURA 6 - Planta da Igreja de S. Lourenço (Gabinete Técnico Local)

Numa primeira fase os trabalhos têm-se centrado nessa mesma consolidação. Para tal, realizaram-se algumas sondagens (picagem de paredes e verificação do estado das fundações) que implicaram a necessidade de intervenção de uma equipa de arqueólogos do I.P.P.A.R., chefiada pelo Dr. Clementino Amaro, equipa que tem vindo a acompanhar todos os trabalhos. Estas sondagens revelaram-se da máxima importância pois, além de terem ajudado a conhecer melhor a história do próprio edifício, explicaram algumas das patologias anteriormente detectadas. Pudemos concluir, com efeito, que elas resultavam da coexistência de campanhas de obras e materiais de diferentes períodos (confirmando já duas campanhas de obras de período medieval, uma intervenção de finais do séc. XVI que se estende pelo início do séc. XVII, alterações provocadas pelo sismo de 1755, e outras de finais do séc. XIX e inícios do séc. XX).

As intervenções puseram a descoberto as capelas góticas de finais do séc XIII (Fig. 7) que, em conjunto com o Claustro da Sé de Lisboa, constituem os únicos



FIGURA 7 – Desentulhamento das capelas góticas (1992)

vestígios de arquitectura religiosa do tempo de D. Dinis no centro da cidade, bem como um conjunto de sepulturas (cuja cronologia vai de período medieval até meados do séc. XIX) e de silos islâmicos com espólio datável dos séc. IX a XI (Fig. 8).

Estas descobertas implicaram a reformulação da proposta inicial de simples consolidação estrutural e de restauro. Criou-se uma equipa multidisciplinar que ao acompanhar ininterruptamente todos os trabalhos, tem vindo sempre a confrontar-se com novas situações. Houve, como tal, necessidade de adoptar uma metodologia que estabelecesse diferentes níveis de intervenção e que, apesar do confronto entre vestígios de períodos diferentes, mantivesse a unidade formal do edifício. Essa mesma metodologia obrigou, também, a uma redefinição dos espaços e à análise atenta de todos os materiais, sem a qual não é possível fazer uma correcta recuperação.



FIGURA 8 - Silos islâmicos e sepulturas medievais encontrados na capela gótica principal (1992)

Numa segunda fase os trabalhos terão por objectivo restauro integral da igreja (já em curso), a reformulação da área sul (anteriormente ocupada pelas habitações do paroco e do guarda do palácio), a reposição integral de uma das capelas góticas, e criação de uma área museológica que integrará e articulará os espaços que, em virtude das suas características, não são passíveis de um restauro integral.

Ficha técnica

Direcção de obra - Arq.^a Teresa Campos Coelho

Fiscalização - Arq.^a Teresa Campos Coelho e Eng.^a Elizabeth Figueiredo

Equipa projectista exterior - Arq.^o Khol de Carvalho e Eng.^o Prada Santos

Fotografia - Jorge Brilhante (Pres. da República)

Consolidação - S.T.A.P., OZ e Cimeira

Estudo de materiais construtivos - S.T.A.P. e OZ

Restauro de azulejos - Equipa do Museu da Cidade

Restauro de pintura - Instituto José de Figueiredo

Arqueologia - Equipa do I.P.P.A.R. chefiada pelo Dr. Clementino Amaro

Investigação histórica :

Arq.^a Teresa Campos Coelho (Universidade Aberta)

Prof. Doutor José Custódio Vieira da Silva (Departamento de História da Arte da Universidade Nova de Lisboa)

Prof. Doutor Vitor Serrão (Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa)

Dr. Clementino Amaro (I.P.P.A.R.)

José Meco (Instituto José de Figueiredo).

III Conclusões

As operações de *reabilitação integrada* iniciadas pelo município de Lisboa em 1985 com as experiências piloto de Alfama e Mouraria, e estendidas a outros núcleos da cidade após a criação da *Direcção Municipal de Reabilitação Urbana* em 1990, são operações que valorizam não só o tecido urbano e arquitectónico mas que definem, também, o tecido social como parte integrante do património cultural (sem o qual os aglomerados urbanos perderiam parte do seu significado histórico). Por abrangerem tecidos sociais tão complexos como são os existentes nos centros históricos, estas operações não deverão definir estratégias de intervenção que, não sendo facilmente exequíveis, criem falsas expectativas em populações já de si tão carenciadas.

Estas operações só são viáveis se existir uma vontade política forte que, conjugando esforços estatais, municipais e de entidades públicas e privadas, permita a criação de instrumentos legais (como, por exemplo, o já citado *exercício de direito de preferência*), sem os quais não é possível uma reabilitação eficaz que preserve esses mesmos valores e trave os processos de especulação imobiliária característicos dos centros históricos.

Por outro lado, a existência de equipas pluridisciplinares que fiscalizam toda a espécie de intervenções nestas áreas não é suficiente para garantir a preservação do património cultural existente. Ela só será realmente eficaz através de campanhas de sensibilização da população e dos agentes intervenientes.

Notas

¹ Embora não esteja afastada a hipótese de ele ter sido já ocupado em período islâmico, em virtude da sua privilegiada situação e da grande explosão demográfica verificada no séc. XI, o que só poderá ser confirmado em futuras escavações.

² Sobre a mouraria medieval veja-se OLIVEIRA, Luís Filipe, VIANA, Mário "A mouraria de Lisboa no séc. XV". *Separata da Arqueologia Medieval*, nº 2, 1993 (trabalho realizado para o *Seminário de Minorias Étnicas* dirigido pela Prof. Doutora Maria José Ferro Pimenta Tavares, no âmbito do *Maestrado em História Medieval*, da Universidade Nova de Lisboa).

³ Mesmo após a expulsão dos mouros e judeus decretada por D. Manuel I em 1496, o bairro manteve esta malha urbana, onde os palácios e conventos, então construídos, se assumiram como novos polos dinamizadores desse urbanismo.

⁴ *PLANOS ESPECIAIS DE SALVAGUARDA DE ALFAMA E MOURARIA. Propostas para debate público*, C.M. Lisboa, Agosto 1989, p. 7 a 9.

⁵ De 15 de Julho a 17 de Agosto do mesmo ano, com debate público a 13 de Agosto.

⁶ 20 de Junho de 1996 e 16 de Junho de 1997. Por ter sido feito de acordo com o Plano Director Municipal, não houve necessidade de reuniões com Direcção Geral de Ordenamento do Território, tem aí sido registado em 10 de Setembro de 1997, vindo a ser publicado no D.R., 2ª série, nº239, 15 de Outubro de 1997, pp. 12643 a 12652.

⁷ *PLANO DE URBANIZAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DA MOURARIA. VOLUME I RELATÓRIO. Memória descritiva. Objectivos*, p. 5.

⁸ Arqª Teresa Campos Coelho, com a colaboração da Drª Ana Dias.

⁹ *Definições*. Estabelece, entre outras, as definições dos diferentes tipos de obras e as normas de intervenção nos edifícios.

¹⁰ *Inventário Municipal do Património* que assinala os imóveis e conjuntos edificados com interesse histórico, arquitectónico e/ou ambiental, assim como áreas de potencial valor arqueológico.

¹¹ *Imóveis e Conjuntos Edificados Integrados no Inventário Municipal do Património*. Estabelece as condições para alteração ou demolição de edifícios isolados ou integrados em conjuntos edificados constantes no referido inventário.

¹² *Áreas de Potencial Valor Arqueológico*. Estabelece duas áreas: a de *Nível I* (delimitada pela Muralla Fernandina), e a de *Nível II* (restante área urbana condicionada), bem como as condicionantes de licenciamento de obra.

¹³ *Dos Planos de Urbanização e de Pormenor e dos Regulamentos* estabelece os princípios a que deverão obedecer os referidos planos.

¹⁴ a) restauro integral b) alteração da estrutura espacial interior, respeitando os materiais e técnicas construtivas c) ampliação desde que não implique alteração da cerca e da altura total, e não introduza elementos adulterantes da unidade arquitectónica.

¹⁵ Vol. V - *Anexos. Caracterização Histórico-Patrimonial*, p. 25.

¹⁶ Intervenção realizada pela equipa do Teatro Romano de Lisboa, sob orientação do Dr. Dias Diogo, com a colaboração da Arq^a Teresa Campos Coelho.

¹⁷ Intervenção realizada pelo I.P.P.A.R., sob orientação do Dr. Clementino Amaro, com a colaboração da Arq^a Teresa Campos Coelho.

¹⁸ *Idem*

¹⁹ *Idem*

²⁰ Intervenção realizada pela equipa do Museu da Cidade, sob orientação da Dr^a Lídia Fernandes, com a colaboração da Arq^a Teresa Campos Coelho.

²¹ Intervenção realizada pelo I.P.P.A.R., sob orientação do Dr. Clementino Amaro, com a colaboração da Dr^a Ana Dias.

²² *Idem*

²³ Intervenção realizada pelo I.P.P.A.R., sob orientação do Dr. Clementino Amaro, com a colaboração da Arq^a Teresa Campos Coelho.

²⁴ *Idem*

²⁵ OLIVEIRA, Luis Filipe, VIANA, Mario, *op. cit.*

²⁶ Intervenção realizada pelo I.P.P.A.R., sob orientação do Dr. Clementino Amaro, com a colaboração da Arq^a Teresa Campos Coelho.